

As Eleições Americanas e o Brasil

Tharcisio Bierrenbach de Souza Santos¹

A proximidade das eleições, num cenário mundial conturbado pelo repique inflacionário de commodities e pela continuidade da crise norte-americana de crédito, suscita uma questão para os observadores do cenário econômico brasileiro, sobre o que se pode esperar da política dos candidatos que se encontram em plena corrida eleitoral. Em suma: em que medida a atual política macroeconômica e externa da grande economia do hemisfério poderá mudar com o resultado das eleições de novembro e qual o rumo mais provável dessa mudança.

Tradicionalmente, temos ouvido comentários no sentido de que os governos republicanos, que usualmente mantém estreitos laços com o mundo dos negócios, representam uma maior tendência em prol da abertura para o comércio, enquanto que o partido democrático, com suas ligações com os sindicatos e órgãos trabalhistas, representa uma alternativa de maior protecionismo econômico. No entanto, essa visão é desmentida por um conjunto de fatos que tornam a atual eleição americana um grande enigma.

Quando se analisa o comportamento adotado pelos *policy makers* que integraram a equipe presidencial nos últimos oito anos, verifica-se que não ocorreu uma clara opção pela integração econômica continental e tampouco uma preocupação com o estabelecimento de um comércio mais aberto pelos Estados Unidos. Apesar de sua tendência mais ligada aos negócios, os republicanos adotaram, a partir do episódio de 11 de setembro de 2001, uma prioridade no que denominaram de “luta contra o terror”. Assim, o conjunto de declarações do Presidente Bush na direção de uma política externa fortemente ligada à América Latina e pretendendo a integração econômica teve de ser abandonado em favor de uma mudança estratégica de prioridades.

A adoção de medidas protecionistas, no aço e nos produtos primários, a sistemática oposição às negociações no âmbito da OMC e a participação, ao lado da União Européia, no fracasso das negociações de Doha foram traços dessa mudança de prioridades. Em consequência do reaparecimento da inflação como preocupação mundial no primeiro semestre de 2008, os países mais desenvolvidos, com os Estados Unidos numa posição de destaque, têm procurado reativar as negociações sobre liberalização de comércio.

A sensação que se tem é que, ao final de seu mandato, o Presidente Bush estaria fortemente inclinado a uma postura mais aberta em relação ao comércio internacional, até como forma de mitigar os efeitos da inflação que castiga a todos e, de maneira especial, o consumidor americano. No entanto, até onde é possível divisar o cenário, não parece claro que este objetivo venha a ser atingido, na medida em que as anunciadas concessões norte-americanas aos países emergentes carecem de maior significado.

¹ Economista, Doutor em História Econômica. Vice-Diretor da Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado e Diretor do FAAP-MBA. E-mail: tsantos@faap.br

O governo americano tenta ampliar o comércio com os países emergentes. Isso seria feito por meio da redução de barreiras existentes em relação a serviços e bens de elevado conteúdo tecnológico, o que significaria uma maior possibilidade de penetração das empresas norte-americanas nesses mercados. Ao mesmo tempo, não se verifica uma clara disposição de abandonar os subsídios concedidos aos agricultores norte-americanos ou de reduzir de maneira substantiva as barreiras comerciais existentes. Como consequência, é muito pouco provável que se registre algum avanço neste particular.

Outro aspecto interessante diz respeito à política de proteção ambiental. A política adotada pelo governo Bush ignorou sistematicamente os efeitos do aquecimento global e rejeitou a adesão ao Tratado de Kioto. A elevação recente nos preços do petróleo fez surgirem boatos de que os Estados Unidos fariam uma revisão em sua política de não prospecção de petróleo no Oceano Ártico, buscando elevar a produção de combustível.

Em contraposição, sabe-se que um governo do partido democrático teria claras preocupações ambientais, até como decorrência da posição de destaque ocupada pelo ex-vice-presidente Al Gore no partido. De um eventual governo Obama pode-se esperar uma preocupação mais aguçada neste sentido e a mudança de posição em relação a compromissos internacionais anti-poluição.

Entretanto, se a política ambiental de uma administração democrática seria bastante diversa daquela que os Estados Unidos adotam hoje, o mesmo não se pode dizer da política comercial. A despeito da atitude mais moderna adotada pela administração Clinton durante os anos 1990, parece claro que o protecionismo será mesmo a tônica de um governo Obama. Os compromissos políticos dos democratas com as *unions*, que existem de longa data, não deixam margem para muitas esperanças.